



EDITAL (Minuta)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA [●]/[●] PARA A CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS COM TECNOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA DAS FRAÇÕES SECA (GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE) E ÚMIDA (BIODIGESTÃO) PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) ANOS, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº[●]/[●]



ANEXO I – Minuta de EDITAL

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº _____

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARÍLIA torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade Concorrência Pública, do tipo menor preço, nos termos dos artigos 28, II e 63, I da Lei nº 14.133/2021, que será processada sob o modo de disputa fechado, nos termos do artigo 56, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e será regida pela Lei Federal nº 11.079/04, pela Lei Federal nº 8.987/95 e pelas demais normas correlatas, cujo objeto será a OUTORGA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP), na modalidade concessão administrativa, para a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS COM TECNOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA DAS FRAÇÕES SECA (GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE) E ÚMIDA (BIODIGESTÃO) PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) ANOS, compreendendo: o recebimento dos resíduos sólidos domésticos em área de transbordo para segregação e trituração (tratamento) do saco de lixo para separação da fração úmida (orgânicos) e encaminhamento para o processo de biodigestão para geração de biogás e reforma para obtenção do biometano e outros possíveis produtos, na sequência a fração seca resultante do processo de segregação poderá ser utilizada no processo de GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE para gerar energia elétrica ou ser disponibilizada para carregamento, transporte e destinação para o Aterro Sanitário licenciado por parte da empresa de coleta contratada pela Prefeitura de Marília, proporcionando uma economia de até 30% sobre o custo de disposição da fração seca, e de até 50% sobre o custo do tratamento da fração úmida contida no saco de lixo, bem como proporcional reflexo no custo evitado com transporte e pedágio.

As cláusulas e condições dispostas neste EDITAL e em seus anexos serão encaminhadas para consulta pública e de audiência pública, a serem realizadas no período de _____ e no dia _____ às _____, respectivamente, conforme avisos publicados no Diário Oficial e no sítio eletrônico da Prefeitura - <https://www.marilia.sp.gov.br>

A Justificativa da Contratação foi devidamente publicada no Diário Oficial do Município, em [●]/[●]/2025, e no Diário Oficial do Estado (DOE), em [●]/[●]/2025, em observância ao princípio da publicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

Dispensada autorização legislativa nos termos da Lei Federal nº 9.074/95.

Fonte de recursos: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária _____.



Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas deverão ser entregues no aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações (COMISSÃO), até as _____ do dia _____, no seguinte endereço: _____.

Data e local da abertura da sessão pública: _____, no mesmo endereço indicado acima para recebimento dos envelopes.

Horário: _____.

As empresas interessadas em participar do certame licitatório deverão observar rigorosamente o horário fixado para o protocolo dos envelopes, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

As visitas técnicas poderão ser agendadas, por meio do telefone (____) _____ e, no horário de _____.

CAPÍTULO I: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DAS DEFINIÇÕES

1. Os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

ÁREA: imóvel, incluindo o seu solo, subsolo e seu espaço aéreo, onde serão implantadas as unidades de tratamento e os demais sistemas relacionados, descritos no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.**

ÁREA DA CONCESSÃO: é o limite territorial do município de Marília, que será atendido pelo CONSÓRCIO/SPE por meio da prestação dos SERVIÇOS, nos termos do **CONTRATO - ANEXO III.**

ARSESP: é a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, e tem como função regular, controlar e fiscalizar serviços públicos concedidos ou autorizados na sua área de competência.

ATERRO SANITÁRIO: Constitui-se em empreendimento devidamente licenciado localizado no Município de Marília (SP) e região.

BENS REVERSÍVEIS: são a parcela dos bens vinculados à concessão que, ao término do CONTRATO, serão transferidos ao patrimônio do PODER CONCEDENTE, conforme ANEXO III do CONTRATO.

COMISSÃO: é a Comissão Permanente de Licitações, doravante denominada COMISSÃO, designada para promoção e execução da LICITAÇÃO, incluindo a análise e julgamento da DOCUMENTAÇÃO.

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA: é a concessão de prestação dos SERVIÇOS, de que a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA será usuária indireta, outorgada nos termos da Lei Federal nº 11.079/04 e suas alterações.

CONTRATO: é o instrumento jurídico cuja minuta é a constante do ANEXO III e parte integrante deste, que rege a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

CONTRAPRESTAÇÃO: é a remuneração mensal a que o CONSÓRCIO/SPE fará jus em decorrência da execução dos SERVIÇOS, que deverá ser paga pela PREFEITURA MUNICIPAL



DE MARÍLIA, a ser calculada conforme especificado no CADERNO II MODELAGEM ECONÔMICO e que constará da PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA.

CRONOGRAMA: é o documento que contém o cronograma físico a ser cumprido pela CONSÓRCIO/SPE, em relação à prestação dos SERVIÇOS e a outras atividades definidas no CONTRATO conforme constante no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

DATA DA ENTREGA DAS PROPOSTAS: Data-base estabelecida como a data de entrega dos envelopes exigidos para participação nesta LICITAÇÃO.

DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS: Marca o início do CONTRATO e das obrigações entre as partes. Corresponde ao dia útil seguinte à data de assinatura do CONTRATO e emissão da ORDEM DE SERVIÇO, o que ocorrer por último.

DRE: Demonstrativo(s) de Resultado(s) do Exercício – DRE, contido no Caderno II – Modelagem Econômico-Financeira com o preço instruído pela Administração para instrução do preço que será ofertado pelas LICITANTES para implantação, operação e manutenção das rotas tecnológicas de (01) gaseificação/pirólise e biodigestão, ou (02) gaseificação/pirólise, ou (03) biodigestão.

DIRETRIZES AMBIENTAIS/LICENÇAS AMBIENTAIS: São as licenças ambientais expedidas e necessárias (Prévia, Instalação e Operação) e/ou as diretrizes ambientais aplicáveis a obtenção das referidas licenças, que deverão anteceder as OBRAS e SERVIÇOS e serão regidas pela legislação ambiental vigente, conforme ANEXO VIII - DIRETRIZES AMBIENTAIS.

DOCUMENTAÇÃO: é a documentação a ser entregue, nos termos deste EDITAL, pelas LICITANTES, abrangendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: são os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira das LICITANTES, de acordo com este EDITAL.

EDITAL: é o presente instrumento convocatório e regulador dos termos e condições da LICITAÇÃO, para a execução dos SERVIÇOS.

GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: é a garantia anual de 1/30 avos sobre o valor contratual a ser mantida pela CONSÓRCIO/SPE de forma a garantir o fiel cumprimento do CONTRATO, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO, e inclusive do pagamento das sanções pecuniárias a ela aplicadas.

GARANTIA DE PAGAMENTO: é garantia oferecida pela Prefeitura Municipal de Marília, por meio do CONTRATO, do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, das multas e das indenizações que vierem a ser devidas nos termos deste CONTRATO.

LICENÇAS CONSÓRCIO/SPE: são as autorizações, licenças, alvarás e demais atos administrativos a serem emitidos pelos órgãos competentes, necessárias para o início da implantação dos sistemas de GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE e/ou pirólise e /ou biodigestão para posterior operação.

LICITAÇÃO: é o presente procedimento administrativo – Concorrência Pública nº _____, objeto do EDITAL e seus ANEXOS, por meio do qual será selecionada a proposta mais



vantajosa para a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, com vistas à celebração do CONTRATO.

LICITANTE: é a empresa ou consórcio de empresas que, potencialmente ou efetivamente, vier a participar da LICITAÇÃO.

LICITANTE VENCEDORA: é a empresa ou consórcio de empresas que vencer a LICITAÇÃO e que constituirá a CONSÓRCIO/SPE, para a celebração do CONTRATO com a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA.

MODELO OPERACIONAL: é o documento referencial elaborado e apresentado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, por meio do CADERNO I MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL, composto do conjunto de elementos técnicos e referenciais, com nível de precisão adequado, para caracterizar os SERVIÇOS e a forma como estes serão executados.

PARTES: São a Prefeitura Municipal de MARÍLIA e a Concessionária.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS: é o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Marília revisado e aprovado pela Lei 9.278, de 26 de Junho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA: É a Prefeitura do Município de Marília, que concederá o objeto do edital mediante Parceria Público Privada – PPP.

PROJETO EXECUTIVO: é o conjunto de elementos necessários e suficientes para a execução completa de todos os SERVIÇOS que fazem parte do objeto do CONTRATO, a ser elaborado e executado pela CONSÓRCIO/SPE, e aprovado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, nos termos do CONTRATO.

PROPOSTA COMERCIAL: é a proposta das LICITANTES, contendo a oferta da CONTRAPRESTAÇÃO, a ser paga pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ao CONSÓRCIO/SPE, por força do CONTRATO, que deverá ser elaborada e apresentado em conjunto com os Demonstrativos de Resultados do Exercício – DRE, contido no CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA com o preço instruído pela Administração.

SERVIÇOS: são os serviços de Tratamento e valorização dos resíduos com tecnologias para recuperação energética com objetivo de gerar energia elétrica ou biogás e demais produtos.

URE: Unidade de Recuperação Energética a partir das rotas tecnologias de GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE (fração seca) e biodigestão (fração úmida).

As cláusulas e condições dispostas neste EDITAL e em seus anexos serão objeto de consulta pública e audiência pública, a serem realizadas nos dias 00 de xxxxxx de 2025 e 00 de xxxxxx de 2025, às 9 horas, conforme avisos publicados no Diário Oficial e no sítio eletrônico da Prefeitura <https://www.marilia.sp.gov.br> e detalhados no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e CADERNO I MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL.

CONSÓRCIO/SPE ou CONCESSIONÁRIA: Sociedade de Propósito Específicos é a pessoa jurídica de direito privado a ser constituída pela LICITANTE VENCEDORA, nos prazos e nas condições definidas neste EDITAL, que será a parceira privada da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA e a responsável pela execução dos SERVIÇOS.



USUÁRIOS FINAIS: são os moradores do Município de Marília, que serão direta e efetivamente beneficiados pelos SERVIÇOS.

VALOR DO CONTRATO: É a estimativa das receitas com a contraprestação, sem inclusão de receitas acessórias, a serem obtidas pela CONSÓRCIO/SPE ao longo do prazo do CONTRATO, que conforme estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, totalizam R\$ 1.980.000,00 (UM MILHÃO NOVECENTOS E OITENTA MIL REAIS) por ano, R\$ 59.400.000,00 (CINQUENTA E NOVE MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS) no período de 3 (trinta) anos.

VALOR DOS INVESTIMENTOS: As estimativas de dispêndio a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para a implantação e operação dos sistemas de gaseificação/pirólise e biodigestão estão contidas nos Demonstrativos de Resultados do Exercício – DRE, contido no Caderno II – Modelagem Econômico-Financeira com os preços instruídos pela Administração, ao longo do prazo do CONTRATO.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A LICITAÇÃO e seu objeto serão regidos pela legislação vigente, em especial:

DAS NORMAS FEDERAIS

1. Constituição Federal, artigo 37, inciso XXI e artigo 175;
2. Lei 11.079/2004 – Parcerias Público Privadas;
3. Lei 8.987/1995 – Concessões e Permissões;
4. Lei 14.133/2021 – Lei de licitações e contratos administrativos;
5. Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
6. Lei 11.445/2007 – Saneamento Básico.

DAS NORMAS ESTADUAIS

1. Lei 12.300/2006 – Política Estadual de Resíduos Sólidos;
2. Decreto 54.645/2009 – Regulamentação da Lei 12.300/2006;
3. Resolução SMA 79/2009 – Licenciamento ambiental de unidades de recuperação energética;

DA NORMA MUNICIPAL

1. Lei 9.278/2025 – Revisão do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos de Marília, que substitui e atualiza a Lei 7.851/2025.
2. Demais disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis.

A modificação, revogação, ou reconhecimento de ilegalidade ou inconstitucionalidade de qualquer ato normativo citado não altera ou afeta a presente LICITAÇÃO, no todo ou em parte, sendo que as normas regulamentares acima são referenciais e as legais vinculantes.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada pelo critério de disputa fechada a ser paga pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, conforme disposto no artigo 12, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 11.079/04 com alterações posteriores.
2. Para fins deste EDITAL a menor CONTRAPRESTAÇÃO será apurada com base no valor unitário global ofertado.



4. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

1. Constitui objeto da presente LICITAÇÃO a seleção de empresa ou consórcio de empresas para a outorga, por meio da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, dos serviços abaixo elencados, nos termos fixados na legislação federal, neste EDITAL e seus ANEXOS, compreendendo: OUTORGA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP), na modalidade concessão administrativa, para a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS COM TECNOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA DAS FRAÇÕES SECA (GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE) E ÚMIDA (BIODIGESTÃO) PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) ANOS, compreendendo: o recebimento dos resíduos sólidos domésticos em área de transbordo para segregação e trituração (tratamento) do saco de lixo para separação da fração úmida (orgânicos) e encaminhamento para o processo de biodigestão para geração de biogás e reforma para obtenção do biometano e outros possíveis produtos, na sequência a fração seca resultante do processo de segregação poderá ser utilizada no processo de GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE para gerar energia elétrica ou ser disponibilizada para carregamento, transporte e destinação para o Aterro Sanitário licenciado por parte da empresa de coleta contratada pela Prefeitura de Marília, proporcionando uma economia de até 30% sobre o custo de disposição da fração seca, e de até 50% sobre o custo do tratamento da fração úmida contida no saco de lixo, bem como proporcional reflexo no custo evitado com transporte e pedágio.

2. A realização de todos os SERVIÇOS deverá respeitar com rigor todas as disposições, prazos e especificações técnicas constantes neste EDITAL e nos seus Anexos, bem como as disposições do CONTRATO e seus Anexos.

3. A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA pressupõe a adequada prestação dos SERVIÇOS, assim considerados aqueles que satisfizerem às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade e continuidade, nos termos do CONTRATO e seus Anexos, e sempre de acordo com as diretrizes e disposições da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10).

4. A CONSÓRCIO/SPE fará jus à obtenção de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, ressalvados os casos previstos no CONTRATO e desde que autorizadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA.

5. São de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o custeio das indenizações e demais encargos relacionados às desapropriações das ÁREAS e à instituição de servidões administrativas, ressalvado o quanto previsto em CONTRATO ou em acordo entre as PARTES.

4.1. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1.1.A LICITANTE poderá apresentar proposta para tratamento e valorização dos resíduos sólidos domésticos com tecnologias de recuperação energética da:

Fração seca pela rota da GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE para geração e comercialização de energia elétrica;

Fração úmida pela rota da biodigestão para geração de biometano e CO₂; ou

Fração seca pela rota da GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE e Fração úmida pela rota da biodigestão.



1.2. A(s) LICITANTE(s) poderá(ão) apresentar proposta para tratamento e valorização dos resíduos sólidos domésticos com tecnologias de recuperação energética da:

1.2.1. Fração seca pela rota da GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE;

1.2.2. Fração úmida pela rota da biodigestão; ou

1.2.3. Fração seca pela rota da GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE e Fração úmida pela rota da biodigestão, tudo com base na planilha de Demonstrativo de Resultados do Exercício – DRE, contida no Caderno II – Modelagem Econômico-Financeira com o preço instruído pela Administração.

1.3. Caso a Administração venha a receber propostas de 01 (uma) ou mais LICITANTES para o tratamento e valorização da:

1.3.1. Fração seca pela rota da GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE/pirólise;

1.3.2. Fração úmida pela rota da biodigestão; ou

1.3.3. Fração seca pela rota da gaseificação/pirólise e Fração úmida pela rota da biodigestão, esta poderá decidir em contratar LICITANTES diversas para execução de tratamento e valorização por rotas diversas, exemplo:

LICITANTE 01 - Fração seca pela rota da gaseificação/pirólise;

LICITANTE 02 - Fração úmida pela rota da biodigestão.

4.2. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. O critério de desempate será(ão) o(s) menor(es) preço(s) de CONTRAPRESTAÇÃO inserido(s) na planilha de Demonstrativo de Resultados do Exercício – DRE, contido no Caderno II – Modelagem Econômico-Financeira.

5. DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

1. O valor estimado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA para efeito desta contratação é de R\$ 1.980.000,00 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E OITENTA MIL REAIS) POR ANO MULTIPLICADO POR 30 ANOS COM RESULTADO NO IMPORTE DE R\$ 59.400.000,00 (CINQUENTA E NOVE MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS), corresponde à estimativa de receitas a serem obtidas com a CONTRAPRESTAÇÃO pelo prazo do CONTRATO.

2. A contrapartida do Município é justamente o pagamento da contraprestação pecuniária ao longo do contrato de concessão administrativa, o qual ao final do prazo 30 anos, os bens e equipamentos necessários à continuidade da prestação devem reverter ao Município sem custo adicional.

3. Nos termos do artigo 5º, inciso IX, da Lei nº 11.079/2004, combinado com o artigo 35 da Lei nº 8.987/1995 e artigo 103 da Lei nº 14.133/2021, ao término do prazo contratual de 30 (trinta) anos, todos os bens e equipamentos vinculados à prestação dos serviços objeto desta PPP reverterão ao Município, em perfeitas condições de uso e operação, sem qualquer ônus adicional."

4. O presente contrato de Parceria Público-Privada terá vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da Ordem de Início da Operação, incluídos os períodos de implantação, operação e manutenção.



5. Observado o disposto no artigo 5º, inciso I, da Lei nº 11.079/2004, poderá o prazo de vigência ser prorrogado uma única vez ou sucessivamente, até o limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos, incluídas as prorrogações, desde que:

I – haja prévia justificativa de interesse público;

II – seja necessária para garantir a adequada continuidade da prestação do serviço público;

III – se demonstre vantajosidade para a Administração Pública, em comparação a nova licitação;

IV – seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.987/1995 e do artigo 10 da Lei nº 11.079/2004.

6. A prorrogação dependerá de autorização expressa do Poder Concedente, mediante decisão fundamentada, e deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, respeitado o limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos, conforme previsto em lei.

7. Findo o prazo contratual, sem que haja nova prorrogação, o contrato será considerado extinto, operando-se a reversão ao Município de todos os bens e equipamentos vinculados à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, sem ônus adicional, nos termos do artigo 35 da Lei nº 8.987/1995 e do artigo 5º, inciso IX, da Lei nº 11.079/2004.

6. DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. As despesas decorrentes da execução deste CONTRATO correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

- Verba: _____
- Fonte: _____
- Código de Aplicação: _____
- Despesa: _____

2. Os recursos para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ou por quem ela constituir posteriormente para esta finalidade, durante a vigência do CONTRATO, advirão de dotações orçamentárias específicas, a serem incluídas nos orçamentos municipais dos exercícios seguintes, recursos vinculados, e de outras receitas da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ou de seus órgãos, empresas e autarquias.

3. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA poderá efetuar parte do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO a título de aporte de recursos, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO II: DO EDITAL

7. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O presente EDITAL estabelece os procedimentos administrativos da LICITAÇÃO, bem como estipula as condições e o regime jurídico da contratação objeto deste instrumento, definindo as normas que vigorarão durante todo o trâmite da LICITAÇÃO e vigência do CONTRATO.

8. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

1. Até o 5º (quinto) dia anterior ao designado para a data da sessão de abertura do certame, as LICITANTES poderão requerer esclarecimentos ao EDITAL e seus Anexos, ao Presidente



da COMISSÃO, mediante comunicação escrita e protocolizada à sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, ou envio de e-mail ao endereço eletrônico: <https://www.marilia.sp.gov.br>

9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o EDITAL, devendo protocolizar a impugnação endereçada ao Presidente da COMISSÃO. O documento deverá conter a identificação completa do autor da impugnação, assinatura de seu representante legal (se pessoa jurídica) e cópia simples do documento que comprove esta condição, em até 3 (três) dias úteis antes da data estipulada para entrega da DOCUMENTAÇÃO, conforme dispõe o artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DAS ALTERAÇÕES DO EDITAL

1. Em qualquer ocasião, até a data de entrega da DOCUMENTAÇÃO, a COMISSÃO, a seu exclusivo critério, em consequência de esclarecimentos, impugnações ao EDITAL ou qualquer outro motivo de interesse público, poderá alterar o EDITAL.

2. Todas as alterações ao EDITAL serão publicadas no Diário Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA e/ou no Diário Oficial do Estado.

3. Caso as alterações ao EDITAL impliquem, inquestionavelmente, modificações na apresentação ou formulação da DOCUMENTAÇÃO, será reaberto prazo para entrega da DOCUMENTAÇÃO, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III - DA LICITAÇÃO

11. DOS CUSTOS DAS LICITANTES

1. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelas LICITANTES em razão da presente LICITAÇÃO, incluindo os gastos relativos à preparação da DOCUMENTAÇÃO, correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA isenta de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da LICITAÇÃO.

12. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. SUBSEÇÃO I - SITUAÇÃO DAS LICITANTES

1. Poderão participar da LICITAÇÃO empresas, isoladamente ou reunidas em consórcio, que satisfaçam plenamente todas as exigências e condições deste EDITAL e da legislação pertinente.

2. É vedada a participação de empresas:

- a) estrangeiras que não estejam devidamente registradas no Brasil e nos termos da legislação em vigor;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c) com suspensão do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública;
- d) em processo de falência, de concordata, ou em recuperação judicial ou extrajudicial, excetuado em caso de Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente;



e) enquadradas nas disposições do artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores;

f) isoladamente, quando integrante de consórcio participante nesta LICITAÇÃO.

3. Quando se tratar de empresas reunidas em consórcios, o mesmo deverá ser composto por, no máximo, 03 (três) empresas, e:

a) A empresa que se consorciar não poderá participar desta LICITAÇÃO por intermédio de outro consórcio e nem isoladamente. A referida restrição se aplica às empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico (coligada, controlada ou controladora);

b) Quando se tratar de Consórcio, deverá ser apresentado o respectivo Instrumento de Compromisso de Constituição do Consórcio, público ou particular, subscrito pelas empresas participantes, constando, obrigatoriamente o que segue:

b.1) Denominação do Consórcio;

b.2) Composição do Consórcio, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;

b.3) Organização do Consórcio;

b.4) Objetivo do Consórcio;

b.5) Indicação da Empresa Líder que representará o Consórcio perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA;

b.6) Duração mínima do Consórcio, equivalente ao prazo do futuro contrato, se este vier a ser firmado;

b.7) Compromissos e obrigações de cada uma das empresas consorciadas, em relação ao objeto desta LICITAÇÃO, em especial e expressamente:

b.7.1) que cada uma delas responderá, individual e solidariamente, por suas obrigações de ordem fiscal e administrativa, durante toda a vigência do contrato a ser firmado com o Consórcio;

b.7.2) de responsabilidade solidária das integrantes pelos atos praticados sob Consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na execução do contrato, bem como por multas e indenizações em decorrência de ato ilícito ou descumprimento do contrato e pelos seus encargos fiscais;

b.7.3) que o Consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma modificada, sem prévia autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA;

b.7.4) que a Empresa Líder responsável pelo Consórcio se responsabilize pelo Contrato, sob os aspectos técnicos e administrativos, quer para fins desta LICITAÇÃO, quer na execução do contrato, se este vier a ser firmado, sem prejuízo da responsabilidade de cada uma delas.

c) Antes da celebração de eventual contrato, decorrente da presente LICITAÇÃO, será obrigatório promover a constituição e o registro do Instrumento de Constituição do Consórcio ou da SPE, nos termos do compromisso referido no subitem "b", antecedente;

d) A representação oficial do Consórcio, neste procedimento licitatório, caberá à Empresa Líder do mesmo, que indicará formalmente o representante autorizado, na forma determinada no presente EDITAL;



e) A Empresa Líder deve ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas - com firma reconhecida dos representantes legais das empresas consorciadas e do representante da Empresa Líder, bem como para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar atas, contratos e praticar todos os atos necessários à perfeita execução de seu objeto, até o recebimento definitivo pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA.

12.2. SUBSEÇÃO II – DA AMPLA PUBLICIDADE E GRATUIDADE AO ACESSO DO EDITAL

1.O edital de licitação e seus anexos **estarão disponíveis em sítio eletrônico oficial** <https://www.marilia.sp.gov.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sendo vedada a exigência de pagamento para sua obtenção."

12.3. SUBSEÇÃO III – ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL

1.A participação da LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e exigências do EDITAL e seus Anexos, sendo vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

12.4. SUBSEÇÃO IV – EXIGÊNCIAS DO EDITAL

1. As LICITANTES deverão examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, quadros, estudos e projetos disponíveis, bem como as leis federais e municipais e outras referências mencionadas no EDITAL e nos seus Anexos.
2. Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para apresentação da DOCUMENTAÇÃO serão consideradas de responsabilidade exclusiva das LICITANTES.
3. A DOCUMENTAÇÃO que não atender aos requisitos estipulados no EDITAL implicará a inabilitação ou desclassificação das LICITANTES, conforme o caso.

12.5. SUBSEÇÃO V – DA ÁREA E DEMAIS INSTALAÇÕES RELACIONADAS AOS SERVIÇOS

1. As LICITANTES poderão visitar a ÁREA existente na AREA DE CONCESSÃO, que sejam relacionadas aos SERVIÇOS e estão relacionadas no **CADERNO I MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL**, obtendo para si, às suas expensas e sob sua responsabilidade, todas informações necessárias à preparação da DOCUMENTAÇÃO, vedadas proposições posteriores de modificação do preço, prazo ou outras condições ou, ainda, alegações de prejuízos ou reivindicações sob o pretexto de insuficiência de informações acerca do objeto do presente EDITAL.
2. A visita às ÁREAS e às demais instalações existentes na AREA DE CONCESSÃO será agendada, através de contatos realizados conforme indicado neste EDITAL, e poderá ser realizada da data de publicação desta LICITAÇÃO até o último dia útil anterior à DATA DE ENTREGA DA PROPOSTA.
3. No momento da realização da visita técnica, o representante da LICITANTE deverá apresentar documento que o identifique com foto.



4. Ao término da visita, será entregue à LICITANTE, pelo representante da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, o respectivo Atestado de Visita Técnica às ÁREAS e demais instalações existentes na AREA DE CONCESSÃO, a ser emitido em nome da LICITANTE, que deverá ser anexado ao envelope referente aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5. No caso de LICITANTES reunidas em consórcio, a visita poderá ser realizada por representante de apenas um de seus membros, líder ou não, desde que tal representante apresente o competente Compromisso de Constituição de Consórcio e documento que o credencie a realizar a visita assinado por todos os componentes do CONSÓRCIO ou isoladamente pela empresa líder, se assim estiver previsto no Compromisso firmado.

6. O CONSÓRCIO/SPE não terá direito de qualquer reclamação, indenização, reivindicação de pagamento adicional, inclusive para a finalidade de justificativa de atrasos ou prorrogação de prazos contratuais, por motivos de dificuldades ou transtornos de qualquer natureza relativamente às condições existentes nas ÁREAS e demais instalações existentes.

7. Todos os dados referentes às ÁREAS e demais instalações existentes estarão disponíveis para as LICITANTES na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, para exame e cópia reprográfica, mediante requerimento e procuração, ou disponibilizados junto ao EDITAL, quando possível seu formato eletrônico.

13. DO PROTOCOLO ELETRÔNICO DOS DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO

A licitação será realizada sob a forma eletrônica, observadas as instruções contidas no **ITEM 15 - DO CREDENCIAMENTO**.

14. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL deverão ser apresentados conforme o que se segue:

- a) As folhas deverão estar numeradas em ordem crescente, da primeira à última, e deverão estar presas umas às outras, rubricadas em todas as folhas e assinadas, sempre que couber, na última página, pelo representante legal da LICITANTE;
- b) Todos os documentos apresentados na presente LICITAÇÃO deverão ser entregues em língua portuguesa, datilografados ou impressos de forma legível;
- c) Qualquer documento em língua estrangeira deve ser acompanhado de tradução para a língua portuguesa por tradutor juramentado, sendo que documentos estrangeiros deverão estar devidamente consularizados no Consulado Brasileiro no País de origem dos respectivos documentos;
- d) A DOCUMENTAÇÃO deverá ser apresentada em original ou cópia por qualquer processo de autenticação, sem emendas ou rasuras;
- e) Deve ser apresentada única e exclusivamente a DOCUMENTAÇÃO exigida neste EDITAL, em 01 (uma) via, evitando-se duplicidade ou inclusão de documentos dispensáveis ou não solicitados;
- f) É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da DOCUMENTAÇÃO.



2. Os envelopes deverão ser opacos, fechados e rubricados sobre o fecho, contendo cada envelope, em sua parte externa frontal o seguinte:

a) Envelope com DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____/2025 ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

b) Envelope com PROPOSTA COMERCIAL:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____/2025 ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL

3. Em todos os envelopes deverá constar também a razão social, o endereço completo da LICITANTE, seu telefone e e-mail.

4. Quando da apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA COMERCIAL, as LICITANTES expressam pleno conhecimento de que:

- a) respondem pela veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos que apresentarem;
- b) autorizam a COMISSÃO a proceder, em qualquer fase da LICITAÇÃO, às diligências que entender necessárias destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes;
- c) os serviços objeto da presente LICITAÇÃO estão perfeitamente caracterizados e definidos neste EDITAL e nos seus Anexos, sendo suficientes para sua total e exata compreensão;
- d) conhecem as condições das ÁREAS e demais instalações existentes, relacionadas aos SERVIÇOS, não podendo invocar ignorância, em nenhuma circunstância, como impedimento para o perfeito cumprimento de suas obrigações;
- e) para todos os efeitos, aceitam irrestrita e irretratavelmente todos os termos deste EDITAL e todos os seus ANEXOS.

15. DO CREDENCIAMENTO

- 1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no PORTAL XXXXXXXX que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 2. Modalidade: Concorrência, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021.
- 3. Tipo de licitação: Menor preço global, conforme art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
- 4. Poderão participar pessoas jurídicas que atendam às condições de habilitação previstas neste edital.
- 5. É vedada a participação de empresas suspensas ou impedidas de contratar com a Administração Pública, ou que se enquadrem nas hipóteses do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.



6. A licitação será conduzida sob o regime de disputa fechada, conforme artigo. 56, II, da Lei nº 14.133/2021, mediante a entrega eletrônica do Envelope 1 – Documentação de habilitação e

Envelope 2 – Proposta de preço.

Não haverá sessões de lances ou negociações.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Serão consideradas apenas propostas que atendam integralmente às exigências do edital.

O critério de julgamento será **menor preço global**.

Em caso de empate, aplicar-se-ão os critérios de desempate do artigo 65 da Lei nº 14.133/2021:

Maior percentual de conteúdo nacional;

Sorteio público, se persistir o empate.

8. DA SESSÃO DE ABERTURA

A sessão será realizada em **[data, hora e local]**, observado o procedimento que segue:

- a) Abertura dos envelopes de documentação e análise de habilitação;
- b) Abertura dos envelopes de preço, apenas das empresas habilitadas;
- c) Classificação e declaração do vencedor.

9. O cadastro deverá ser feito no Portal XXXXXXXXXX;

10. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu

representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

11. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelo preço apresentado em seu nome, assume como firmes e verdadeiras sua proposta, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

12. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL XXXXXXXXXXXX e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

16. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Cada um dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO constantes do Envelope 01 deverão ser entregues, observadas as disposições da Subseção II deste Capítulo.

2. As LICITANTES estão obrigadas a satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no presente EDITAL.



3. As certidões exigidas para habilitação das LICITANTES emitidas sem indicação do prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

4. Serão admitidas certidões obtidas pela internet, desde que tenham sido emitidas por sites oficiais e de que o documento contenha a indicação do site em que poderá ser verificada a autenticidade da informação pela COMISSÃO.

16.2. SUBSEÇÃO II - HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. A habilitação jurídica da LICITANTE será comprovada mediante a apresentação de:

- a) no caso de empresa individual, apresentação do registro comercial da LICITANTE;
- b) em se tratando de sociedades empresárias, apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social da LICITANTE que estiver em vigor, ou o respectivo instrumento de consolidação estatutária ou contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver, devidamente registrados no órgão de registro do comércio do local de sua sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) no caso de sociedades civis, apresentação da inscrição do ato constitutivo da LICITANTE e todas as suas alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento que demonstre a diretoria em exercício.
- d) no caso de consórcio, além dos documentos acima relacionados, a serem apresentados por cada empresa consorciada, instrumento de constituição de consórcio ou de compromisso de constituição do consórcio, a ser apresentado pela empresa líder do consórcio, nos termos deste Edital.

16.3. SUBSEÇÃO III - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

1. A documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista das LICITANTES consistirá em:

- 1.1. Prova de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- 1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - 1.3.1. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional se fará mediante apresentação de:
 - a) certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as contribuições sociais, ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
 - 1.3.2. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual se fará mediante apresentação de:



a) Certidão de Regularidade de débitos tributários estaduais, inclusive dívida ativa ou declaração de isenção ou não incidência, e não inscrição na dívida ativa, assinada pelo representante legal do LICITANTE, sob as penas da lei;

1.3.3. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal se fará mediante a apresentação de certidão negativa de débito mobiliários ou certidão positiva com efeito negativo.

1.4. Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

1.5. Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, por intermédio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, prevista na Lei Federal nº 12.440/2011 e na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

2. Se os certificados, declarações, registros e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, e, da mesma forma não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização do processo licitatório, constante do EDITAL.

3. No caso de Consórcio, os documentos exigidos no item anterior, deverão ser apresentados individualmente por cada uma das empresas componentes do respectivo Consórcio.

16.4. SUBSEÇÃO IV – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. A qualificação técnica da LICITANTE será comprovada mediante:

a) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da sede da LICITANTE e de seu(s) responsável(is) técnico(s), comprovando a regularidade da inscrição, obedecidas as disposições do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

b) Comprovação de aptidão técnica da LICITANTE, através de comprovação de capacidade técnico operacional da empresa para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da LICITAÇÃO, através de atestados acervados em nome de profissionais que comprovem relação fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e/ou privado, e que comprovem que a LICITANTE executou, satisfatoriamente, obras e serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional, em municípios com no mínimo 120.000 habitantes, correspondente a 50% dos habitantes do município de Marília conforme IBGE – JUL/2024, (Súmula n. 24 do TCE/SP) referentes aos serviços a seguir indicados:

16.4.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

- a) Operação e Manutenção de Aterro Sanitário licenciado com capacidade de tratamento de 2.600 (duas mil e seiscentas);
- b) Elaboração de estudo e projeto básico para obtenção de Licença Ambiental para empreendimento denominado unidade de recuperação energética por gaseificação/pirólise de resíduos sólidos domésticos e/ou biodigestão com capacidade de recebimento de 60 (sessenta) toneladas por dia de combustível derivado de resíduos – CDR e/ou 90 (noventa) toneladas de fração orgânica, contido em área de disposição de resíduos sólidos urbanos, aterro sanitário, devidamente licenciado por



órgão de controle ambiental Estadual, com capacidade de tratamento mínimo de 180 (cento e oitenta) toneladas por dia de resíduos sólidos domésticos e consequente emissão de Licença Prévia Ambiental emitida, seja para a rota de gaseificação/pirólise e/ou biodigestão para empreendimento licenciado .

1. O(s) atestado(s) / deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do atestante, constando cargo e nome legível do signatário para eventual consulta ou diligência.
2. Em caso de atestado técnico-operacional apresentado sob a forma de consórcio ou empresa do mesmo grupo econômico, considerar-se-á, para fins de atendimento, apenas o quantitativo relativo ao percentual de sua participação.
3. Em caso de apresentação de atestados em nome de empresa do mesmo grupo econômico (ligadas, coligadas ou subsidiárias), ou em forma de consorciada, a LICITANTE deverá apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
4. Só se admitirá somatório de atestados a fim de comprovar todos os serviços executados, e não o quantitativo habitacional exigido, e, somente desde que os serviços tenham sido prestados concomitantemente.
5. Não serão admitidos atestados emitidos em nome de eventuais subcontratadas ou de outras empresas que não sejam as licitantes.

16.4.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

1. Comprovação de aptidão técnica profissional, através da apresentação de CAT(s) - Certidão(ões) de Acervo Técnico de profissional(is) de nível superior que seja(m), comprovadamente, pertencente(s) ao quadro permanente da empresa LICITANTE na data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO, e que comprove(m) ter(em) sido, o(s) referido(s) profissional(is), o(s) responsável(is) pela execução das seguintes obras e serviços:

GASEIFICAÇÃO/PIRÓLISE:

Projeto arquitetônico estrutura, fração seca de resíduos sólidos domésticos;

- a) Execução de obras estruturais, fundações, terraplenagem, pátio de resíduos, câmara de combustão, trocador de calor, turbina, central de geração de energia elétrica;
- b) Supervisão de sistemas térmicos de gaseificação/pirólise.

BIODIGESTOR

- a) Execução estrutural de biodigestores, pré-tanque, casa de comando;
- b) Projetos estruturais biodigestores, pré-tanque, casa de comando;
- c) Projeto arquitetônico central biodigestão, sistema resíduos, tubulação gás;
- d) Execução de obras estruturais, fundações, terraplenagem, central e tubulação de gás;
- e) Projeto estrutural, fundações, redes, central e tubulação de gás de biodigestor;
- f) Projeto arquitetônico ETE de biodigestor, fundações, estruturas, redes e central de gás;
- g) Execução central biodigestão, redes, tubulação, metálica, testes;
- h) Execução central biodigestão e biorrefinaria (upgrade biogás/biometano);



- i) Projeto e execução biodigestão para biogás/digestato;
 - j) Projeto Central biodigestão para tratamento de resíduos sólidos domésticos – orgânicos;
 - k) Supervisão de sistemas térmicos de biodigestão).
2. A experiência anterior do(s) profissional(is) deverá ser comprovada pela apresentação das respectiva(s) CAT(s) – Certidão(ões) de Acervo Técnico, conforme Resolução 1.137, de 03 de Abril de 2023, devidamente registrada(s) na entidade profissional(is) competente, que deverá(ão) conter, no mínimo, o(s) nome(s) do(s) profissional(is), a localização e a identificação da obra e atividade técnica (serviço executado), o período e o(s) quantitativo(s) básico(s) executado(s);
3. No caso de Consórcio, as participantes poderão apresentar os atestados dos responsáveis técnicos de acordo com a regra prevista no item b.2 acima;
4. Os profissionais indicados pela LICITANTE, para fins de capacidade técnica de que trata a alínea "d", deverão participar dos SERVIÇOS, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovados pelo PODER CONCEDENTE;
5. A Comprovação de vínculo do(s) profissional(is), que será realizada mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Trabalho ou ficha de Registro de Empregados do Ministério do Trabalho. No caso de dirigente ou sócio, deve ser apresentado o contrato social com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial, ou documento específico, igualmente registrado, que contenha a comprovação do cargo do Responsável Técnico, ou ainda como autônomo comprovado com a apresentação do Contrato de Prestação de Serviço.

16.5. SUBSEÇÃO V - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira da LICITANTE serão constituídos por:
2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devendo ser observado o disposto no item 5.3 abaixo, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo estar atualizados tais documentos, por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, e substituindo-se por balanço de abertura nos casos de empresas com menos de 01 (um) ano de atividade. O balanço e as demonstrações contábeis deverão estar transcritos em Livro Diário, e deste deverão ser apresentados os termos de abertura e de encerramento, devidamente registrados em Cartório ou Junta Comercial - alternativamente substituindo-se por publicação no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação na sede ou domicílio da empresa LICITANTE, publicações obrigatórias no caso das sociedades regidas pela Lei Federal 6404/76. Entende-se por "último exercício social, já exigíveis" aquele para o qual já se esgotou o prazo para apresentação do BP e DRE para a Receita Federal.



3. Empresas legalmente dispensadas da elaboração de BP e DRE deverão apresentar declaração neste sentido, assinada pelo contador responsável da empresa.
4. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da LICITANTE, com data de emissão não antecedendo em mais de 60 (sessenta) dias da data de apresentação das propostas;
5. Em caso de Certidão Positiva de Recuperação, deverá ser apresentado o Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente.
6. Comprovação de que a LICITANTE dispõe, na data de entrega da DOCUMENTAÇÃO, de patrimônio líquido igual ou superior 10% (dez por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO de R\$ 59.400.00,00 (CINQUENTA E NOVE MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS), com base no balanço patrimonial do último exercício sendo que, com relação aos consórcios que participem da LICITAÇÃO, o patrimônio líquido exigido, será acrescido de 30% (trinta por cento) nos termos do artigo 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021., e poderá ser atendido, isoladamente, pela empresa líder do consórcio ou, em conjunto, por todas as consorciadas, na proporção de sua participação no consórcio, materializado pela multiplicação do percentual de participação de cada um dos consorciados pelo valor de seu respectivo patrimônio líquido.
7. A LICITANTE deverá comprovar o atendimento aos indicadores mencionados neste item, através de demonstrativo de cálculo, tomando por base o balanço patrimonial do último exercício, utilizando as fórmulas apresentadas a seguir:
8. Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um), onde:
$$ILG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$
- 8.1. Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um), onde:
$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- 8.2. Grau de endividamento (GE): valor igual ou inferior a 0,30 (zero vírgula trinta), onde:
$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$
- 8.3. Os indicadores econômico-financeiros, definidos neste EDITAL limitar-se-ão a avaliar a capacidade econômico-financeira dos LICITANTES com vistas aos compromissos que terão de assumir.

16.6 SUBSEÇÃO VI – DO TRABALHO INFANTIL

1. No Envelope nº 01, juntamente com os demais documentos referidos acima, as LICITANTES deverão apresentar declaração expressa, sob as penas da lei, de que cumprem o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal de 1988.
2. No caso de a LICITANTE ser consórcio, cada empresa consorciada deverá apresentar sua própria Declaração de Emprego de Menor.

16.7. SUBSEÇÃO VII – DA AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



1. Será inabilitada a LICITANTE que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou não atender a quaisquer das condições relativas à habilitação.
2. A LICITANTE inabilitada fica impedida de participar das fases subsequentes da LICITAÇÃO.

17. DA PROPOSTA COMERCIAL

17.1. SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A PROPOSTA COMERCIAL

1. A PROPOSTA COMERCIAL e PLANILHA DE DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO – DRE, CONTIDA NO CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA COM OS PREÇOS MÁXIMOS INSTRUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO serão apresentados em 1 (uma) via digitalizada, em linguagem clara e objetiva, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da LICITANTE, a qual deverá ser inserida no PORTAL: [●].
2. Os valores da PROPOSTA COMERCIAL serão expressos em Real (R\$), com data base da DATA DE ENTREGA DA PROPOSTA.
3. A PROPOSTA COMERCIAL e PLANILHA DE DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO – DRE, CONTIDA NO CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA COM OS PREÇOS MÁXIMOS INSTRUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO deverão atender às condições e aos critérios contidos neste EDITAL, em especial, no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II**.
4. A PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a oferta da LICITANTE para o valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, para execução dos SERVIÇOS, conforme indicado no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II** para Elaboração da PROPOSTA COMERCIAL E PLANILHA DE DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO – DRE, CONTIDA NO CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA COM OS PREÇOS MÁXIMOS INSTRUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.
- 4.1. Será desclassificada a PROPOSTA COMERCIAL que apresentar preço superior ao máximo aceito neste EDITAL e que consta da PLANILHA DE DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO – DRE, CONTIDA NO CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA COM OS PREÇOS MÁXIMOS INSTRUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.
5. A PROPOSTA COMERCIAL deverá conter o valor anual e multiplicado por 30 (trinta) anos, que irão compor o valor da CONTRAPRESTAÇÃO, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II**, constante da PLANILHA DE DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO – DRE, CONTIDA NO CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA COM OS PREÇOS MÁXIMOS INSTRUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO.
6. Para elaboração da PROPOSTA COMERCIAL, não deverão ser considerados quaisquer benefícios fiscais que possam vir a ser conferidos à CONSÓRCIO/SPE pela União, Estado ou Município, durante o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
7. O valor total previsto na PROPOSTA COMERCIAL, que será levado em consideração no julgamento da presente LICITAÇÃO, deverá abranger todos os custos referentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que contemplarão, dentre outros:



- a) o valor referente aos ônus e obrigações da CONSÓRCIO/SPE concernentes à legislação tributária, legislação trabalhista e legislação previdenciária, os quais correrão por sua exclusiva conta;
- b) custos com seus contratados;
- c) despesas relativas a serviços extraordinários e a serviços noturnos;
- d) custos de mobilização e desmobilização na instalação das OBRAS e SERVIÇOS a serem executadas;
- e) todos os demais custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução das OBRAS e SERVIÇOS;
- f) custos com contratação de seguros e garantias de construção, de cumprimento dos prazos e os demais necessários ao cumprimento do CONTRATO.

8. O prazo de validade das PROPOSTAS COMERCIAIS deverá ser de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO, podendo ser renovado por iguais ou menores períodos.

9. O documento elaborado nos termos do MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA e **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II** para Elaboração da PROPOSTA COMERCIAL, deverá ser apresentado devidamente preenchido com a indicação do orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários para a composição da CONTRAPRESTAÇÃO e data-base de sua composição (que deverá ser o mês de apresentação da proposta), e será utilizado como referência no caso de necessidade de cálculos de eventuais indenizações ou ajustes com a CONSÓRCIO/SPE, nas condições previstas no CONTRATO.

10. Será apresentada apenas uma PROPOSTA COMERCIAL e PLANILHA DE DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO – DRE, CONTIDA NO CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA COM OS PREÇOS MÁXIMOS INSTRUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO em relação a cada consórcio.

17.2 - SUBSEÇÃO II – FORMA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

1. O critério de julgamento desta LICITAÇÃO será o de menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO a ser paga pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, ofertada pelas LICITANTES devidamente habilitadas, sendo as PROPOSTAS COMERCIAIS classificadas em ordem decrescente de valor, isto é, a LICITANTE que apresentar o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO inserido no DRE será considerada a primeira classificada.

2. O não atendimento do estabelecido na Subseção I anterior implicará a desclassificação da LICITANTE.

3. São exemplos de inviabilidade da proposta aquelas que, nos termos da legislação em vigor, contenham erros, omissões, ou supressões de itens relevantes e impactantes no valor da CONTRAPRESTAÇÃO oferecida apresentada na PLANILHA DE DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO – DRE, CONTIDA NO CADERNO II – MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA COM OS PREÇOS MÁXIMOS INSTRUÍDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, ou cujo valor da taxa interna de retorno (TIR) do LICITANTE seja negativa ou igual ou inferior ao índice inflacionário oficial estimado para o exercício vigente.



4. Serão desclassificadas também as PROPOSTAS COMERCIAIS com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não sejam demonstrados como viáveis através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

4.1 Estrutura da Métrica de Julgamento

Métrica de Julgamento para o Edital

Critério 1: Menor Preço da Contraprestação (Máximo de 60 pontos)

- Valor de Referência: R\$ 108,00 por tonelada
- Faixas de Pontuação:

Faixa de Desconto	Valor por Tonelada	Pontuação
Até 10%	R\$ 97,20 a R\$ 108,00	10 pontos
De 11% até 25%	R\$ 96,12 a R\$ 81,00	20 pontos
De 26% a 40%	R\$ 79,92 a R\$ 64,80	50 pontos
Acima de 50%	R\$ 54,00	60 pontos

Critério 2: Quantidade de Resíduos Tratados (Máximo de 40 pontos)

Massa Total de Referência: 62.400 toneladas/ano

Faixas de Pontuação por Percentual de Aproveitamento:

Faixa de Aproveitamento	Percentual	Toneladas/Ano Tratadas	Pontuação
Alta Eficiência	80% ou Mais	≥ 49.920	40 pontos
Média Eficiência	40% a 79,9%	24.960 a 49.857	25 pontos
Baixa Eficiência	20% a 39,9%	12.480 a 24.897	10 pontos
Insuficiente	Menos de 19,9%	< 12.417	0 pontos (Eliminatório)

Pontuação Final = Critério 1 + Critério 2

5. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste EDITAL, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais LICITANTES.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, a seu exclusivo critério, poderá solicitar das LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre a DOCUMENTAÇÃO.



2. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de apresentação da DOCUMENTAÇÃO, sem convocação para contratação, renovação da garantia de proposta ou qualquer manifestação da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA sobre tal contratação, ficam as LICITANTES liberadas dos compromissos assumidos.

19. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

1. A presente licitação será processada sob o modo de disputa fechado, nos termos do artigo 56, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2. No modo de disputa fechado, as propostas comerciais apresentadas pelos licitantes permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua abertura, conforme previsto neste edital, sendo vedada qualquer forma de lance público ou sucessivo.

3. Serão adotados os seguintes procedimentos:

a) Os licitantes deverão apresentar eletronicamente 02 (dois) envelopes, a saber:

Envelope nº 1 – Documentos de Habilitação;

Envelope nº 2 – Proposta Comercial

b) Na sessão pública, os envelopes serão recebidos pela Comissão de Licitação até a data e horário estabelecidos no preâmbulo do edital.

c) Após o encerramento do prazo de recebimento, será realizada a abertura do Envelope nº 2 – Proposta Comercial, mantendo-se os documentos de habilitação sob sigilo até a conclusão da fase de julgamento das propostas.

d) As propostas serão analisadas de forma objetiva, conforme os critérios estabelecidos neste edital, e será classificada em primeiro lugar a proposta que melhor atender ao critério de julgamento adotado, qual seja, menor preço.

e) Após o julgamento das propostas, será realizada a abertura do Envelope nº 1 – Documentos de Habilitação apenas do licitante classificado em primeiro lugar, observando-se os requisitos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021

19.1. SUBSEÇÃO I – ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONSTANTES DO ENVELOPE 01.

1. No dia, hora e local indicados no preâmbulo do presente a COMISSÃO, em sessão pública, proclamará recebidos os envelopes eletronicamente das LICITANTES.

2. Sequencialmente, será analisado o Envelope nº 01, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO indicados na Seção 16, rubricando-se os documentos neles contidos e procedendo-se ao seu exame pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

3. Feito isso, será encerrada a sessão pública, da qual será lavrada ata que, após lida em voz alta, será assinada pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

4. O julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO constantes dos Envelopes nº 01 ocorrerá em sessão realizada entre os membros da COMISSÃO e o resultado de tal julgamento será divulgado, mediante aviso publicado uma única vez no diário oficial. No aviso constará, também, observado o prazo recursal da decisão de habilitação, o dia, hora e



local para a sessão pública de abertura dos Envelopes nº 02 das LICITANTES habilitadas quando da análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que poderá ser remarcada, se necessário.

5. Serão consideradas como habilitadas aquelas LICITANTES expressamente assim referidas no aviso mencionado no item 1.5. anterior, as quais atenderam as determinações referentes à habilitação, conforme estabelecido nas Seções, do Capítulo III do presente EDITAL.

19.2 SUBSEÇÃO II – ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

1. Após a publicação de habilitação e uma vez ultrapassado o prazo de interposição de eventuais recursos administrativos, serão abertos os Envelopes nº 02, contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS das LICITANTES habilitadas e classificadas.

2. As PROPOSTAS COMERCIAIS serão rubricadas pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

3. As PROPOSTAS COMERCIAIS serão classificadas em ordem decrescente de valor, isto é, a LICITANTE que apresentar o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO inserido no DRE será considerada a primeira classificada.

4. Encerrada a etapa de lances, será encerrada a sessão pública, da qual será lavrada ata que, após lida em voz alta, será assinada pelos membros da COMISSÃO e pelos representantes das LICITANTES presentes.

5. O julgamento e a verificação quanto à adequação e compatibilidade da PROPOSTA COMERCIAL e PLANO DE NEGÓCIOS ocorrerá em sessão a ser realizada entre os membros da COMISSÃO e o resultado será divulgado, mediante aviso publicado, uma única vez, na imprensa oficial.

6. A critério exclusivo da COMISSÃO, as PROPOSTAS COMERCIAIS poderão ser analisadas na própria sessão pública de abertura dos Envelopes nº 02.

7. O julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS se dará por critérios objetivos, de acordo com o disposto na CADERNO II MODELAGEM ECONÔMICO FINANCEIRO.

19.3. SUBSEÇÃO III – RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO

1. Será considerada vencedora a LICITANTE habilitada cuja PROPOSTA COMERCIAL seja classificada em primeiro lugar, isto é, aquela que apresentar o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO inserido no DRE nos termos do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II**.

2. No caso de empate entre duas ou mais PROPOSTAS COMERCIAIS, a COMISSÃO após observado o disposto no artigo 60º da Lei Federal nº 14.133/2021, adotará o processo de sorteio previsto no parágrafo 2º do artigo 45 do mesmo diploma legal, para o desempate das referidas propostas.

3. O resultado da LICITAÇÃO será divulgado, mediante aviso publicado, uma única vez, no Diário Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE.

20 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

20.1. SEÇÃO I – HOMOLOGAÇÃO



1. O resultado do julgamento, realizado pela COMISSÃO, será submetido à deliberação da autoridade superior que poderá, a seu critério:

- a) homologar o resultado da LICITAÇÃO;
- b) determinar a emenda de irregularidade sanável, se for o caso;
- c) revogar a LICITAÇÃO, por razões de interesse público;
- d) anular a LICITAÇÃO, se for o caso, por ilegalidade insanável.

2. A LICITAÇÃO somente será revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta e será declarada nula, quando verificada ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

20.2. SEÇÃO II – ADJUDICAÇÃO

1. Homologada a LICITAÇÃO, será adjudicado o objeto a LICITANTE VENCEDORA.

2. A adjudicação produz os seguintes efeitos jurídicos:

- a) aquisição do direito de a LICITANTE VENCEDORA celebrar o CONTRATO;
- b) vinculação da LICITANTE VENCEDORA ao cumprimento das condições estabelecidas no EDITAL e no CONTRATO.

20.3. SEÇÃO III - RECURSOS

1. Das decisões da COMISSÃO caberá recurso, nos termos dos artigos 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1. O recurso, dirigido ao Presidente da COMISSÃO, deverá ser protocolizado até às 16:00 horas do último dia do prazo previsto na lei, no endereço mencionado no preâmbulo deste EDITAL, sob pena de preclusão.

1.2. Os recursos enviados por meio eletrônico serão de responsabilidade da LICITANTE quanto à confirmação do recebimento e da integralidade deste.

2. Interposto o recurso, tal interposição será comunicada às demais LICITANTES que poderão impugnar o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

3. Nenhum prazo de recurso se inicia, ou corre, sem que os autos do processo estejam com vista aberta à LICITANTE interessada.

21. DA CONSTITUIÇÃO DA CONSÓRCIO/SPE

1. Após a homologação da LICITAÇÃO, a LICITANTE VENCEDORA deverá constituir a CONSÓRCIO/SPE, que celebrará o CONTRATO com a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA e será a responsável pela execução do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos prazos previstos neste Edital.

2. A CONSÓRCIO/SPE, constituída pela LICITANTE VENCEDORA, assumirá a forma de sociedade anônima ou de sociedade por cotas de responsabilidade limitada e deverá ter como único objeto a execução dos SERVIÇOS, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no CONTRATO, de modo a viabilizar o cumprimento do CONTRATO.

3. A CONSÓRCIO/SPE deverá ser subsidiária integral da LICITANTE VENCEDORA.



3.1. No caso de a LICITANTE VENCEDORA ser consórcio, a CONSÓRCIO/SPE deverá ter como sócias as empresas integrantes da LICITANTE VENCEDORA, com as mesmas participações apresentadas no Compromisso de Constituição de Consórcio.

4. O prazo de duração da CONSÓRCIO/SPE deverá corresponder, no mínimo, ao prazo de vigência do CONTRATO.

5. O controle societário da CONSÓRCIO/SPE poderá ser transferido somente após anuência prévia da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA.

5.1. Para fins de obtenção da anuência prevista neste item, o pretendente deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do CONTRATO em vigor.

5.2. A transferência do controle societário poderá ser feita aos financiadores da CONSÓRCIO/SPE, após anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, nos termos previstos no CONTRATO.

22. DAS CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1. SEÇÃO I - CONVOCAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. Adjudicada a LICITAÇÃO pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, a LICITANTE VENCEDORA será convocada para, no prazo de até 60 (sessenta) dias, cumprir as formalidades necessárias indicadas no item 2 desta seção, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da perda da GARANTIA DE PROPOSTA e da aplicação das penalidades previstas no artigo 156, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. É condição para assinatura do CONTRATO:

2.1. A constituição da Sociedade de Propósito Específico ou Consórcio, apresentando o respectivo Estatuto Social comprobatório.

2.2. A constituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 24 do CONTRATO.

2.3. A comprovação do integral ressarcimento da(s) empresa(s) participante(s) do Chamamento Público SMALP nº 001/2017, até o valor global máximo de R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS) que tiveram seus estudos escolhidos, na proporção de suas participações, conforme segue:

-

Caderno I - Estrutura de Infraestrutura que compreende os estudos, projeto básico, modelagem técnica-operacional – Percentual de ressarcimento 40% do valor global;

-

Caderno II - Modelagem Econômico-Financeiro (viabilidade do Projeto) – Percentual de ressarcimento 30% do valor global;

-



Caderno III - Modelagem Jurídica (Fundamentação legal, minuta de edital e anexos) - Percentual de ressarcimento 30% do valor global.

2.4. Apresentação de plano de trabalho, o qual deverá ser elaborado de acordo com as diretrizes mínimas fixadas no Termo de Referência e Cadernos Técnicos, e CADERNO I MODELAGEM TÉCNICO-OPERACIONAL, e que deverá ser aprovado pelo Poder Concedente.

3. O prazo para a assinatura do CONTRATO poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela LICITANTE VENCEDORA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA.

4. É facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, quando a CONSÓRCIO/SPE não se apresentar para assinar o CONTRATO no prazo e nas condições estabelecidas acima, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para constituir uma sociedade de propósito específico (CONSÓRCIO/SPE) em igual prazo e nas condições da PROPOSTA COMERCIAL do primeiro colocado. Para os efeitos deste EDITAL e do CONTRATO, a LICITANTE remanescente que for convocada na hipótese deste item será considerada LICITANTE VENCEDORA.

5. O CONTRATO será celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA e a CONSÓRCIO/SPE. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA se responsabilizará pela publicação do extrato do CONTRATO, na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para que possa ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da referida assinatura, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021

23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O CONSÓRCIO/SPE deverá, antes da assinatura do CONTRATO, prestar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no valor equivalente ao montante de 5% (cinco por cento) sobre 1/30 avos do VALOR ESTIMADO DOS INVESTIMENTOS PELO PERÍODO DE 30 ANOS de R\$ 1.980.000,00 (UM MILHÃO, NOVECIENTOS E OITENTA MIL REAIS), apresentando a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA o respectivo comprovante **pro rata anual** até o ato de assinatura do CONTRATO.

2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será prestada em uma das seguintes formas, nos termos do § 2º do artigo 56 da Lei nº 14.133/2021:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia, em seguradora de primeira linha;

c) fiança bancária, apresentada por banco de primeira linha.

24. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

24.1. SEÇÃO I – OBJETO DO CONTRATO

1. O CONTRATO terá como objeto a execução dos SERVIÇOS pela CONSÓRCIO/SPE, nos termos do Anexo I deste EDITAL.

24.2. SEÇÃO II – METAS DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA



1. As metas a serem atingidas pela CONSÓRCIO/SPE na execução do CONTRATO encontram-se especificadas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS (ANEXO XI) e ANEXO VII – Metas e Obrigações da Concessão Administrativa.

24.3. SEÇÃO III – DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. O CONTRATO será regulado e fiscalizado pela AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do quanto previsto na Lei Federal nº 11.445/2007 e no Convênio de Cooperação a ser firmado.

2. Caberá à AGÊNCIA REGULADORA a expedição de regulamentos e normas, a serem observados pela CONCESSIONÁRIA na execução dos SERVIÇOS objeto deste EDITAL, em especial:

- a) Estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- b) Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos;
- c) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
- d) definir tarifas, quando aplicável, que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários;
- e) avaliar a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- f) procedimentos de fiscalização e de aplicação de sanções previstas nos instrumentos contratuais e na legislação do titular.

24.4. SEÇÃO IV – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. A vigência do CONTRATO terá início a partir da DATA DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS e terá o prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado nos prazos e nas condições previstos no referido instrumento contratual, obedecendo a legislação aplicável.

24.5. SEÇÃO V – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONSÓRCIO/SPE E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

1. Os direitos e obrigações da CONSÓRCIO/SPE e da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA encontram-se descritos no CONTRATO.

24.6. SEÇÃO VI – LICENÇAS DA CONSÓRCIO/SPE

1. A CONSÓRCIO/SPE será responsável pela obtenção de todas as LICENÇAS, observado o disposto no CONTRATO, que viabilizarão a ocupação e construção das OBRAS e execução dos SERVIÇOS e dos demais sistemas que serão construídos pela CONSÓRCIO/SPE.

24.7. SEÇÃO VII – ÁREAS

- 1. Não há infraestrutura atual a ser transferida ou visitada.
- 2. As ÁREAS são aquelas que serão visitadas pelas LICITANTES e se referem aos bairros onde serão realizados os serviços que se encontram descritos no CONTRATO.

24.8. SEÇÃO VIII – SEGUROS



1. A LICITANTE VENCEDORA obriga-se a contratar, às suas expensas, junto à seguradora de primeira linha de sua livre escolha, seguro contra todos os riscos inerentes à execução das OBRAS, bem como àqueles previstos na minuta do CONTRATO, apresentando em até 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO a cópia autenticada ou o original das respectivas apólices de seguro.

2. Os seguros anteriormente mencionados deverão ter validade, ou ser renovados periodicamente, de modo a permanecer vigente e eficaz até a conclusão das obras.

24.9. SEÇÃO IX – BENS AFETOS A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

1. O CONTRATO especificará os bens afetos à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como as formas de reversão dos referidos bens quando da extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

24.10. SEÇÃO X – PENALIDADES E SANÇÕES

1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o CONTRATO, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no EDITAL, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, artigos 90 e 156.

1.1. A multa poderá ser descontada da garantia de proposta da LICITANTE, a critério do PODER CONCEDENTE.

2. A falta de cumprimento, por parte da CONSÓRCIO/SPE, de qualquer cláusula ou condição do EDITAL, do CONTRATO, ANEXOS e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas do CONTRATO, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; e
- e) caducidade do CONTRATO.

3. Sem prejuízo das demais sanções de multa ou parâmetros para tais sanções estabelecidas na regulamentação, a CONSÓRCIO/SPE se sujeitará às seguintes sanções pecuniárias previstas no CONTRATO.

4. As hipóteses ensejadoras da aplicação das penalidades, bem como o procedimento e a forma de aplicação das sanções acima relacionadas encontram-se previstos no CONTRATO.

5. A CONCESSIONÁRIA se sujeitará às normas, sanções e penalidades definidas pela AGÊNCIA REGULADORA.

24.11. SEÇÃO XI - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO



1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA efetuará o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO após a efetiva execução e medição dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO, nos termos definidos no CONTRATO.

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA poderá optar em efetuar o aporte de recursos financeiros na CONCESSÃO, nos termos da legislação em vigor.

24.12. SEÇÃO XII - REAJUSTE E REVISÃO DA CONTRAPRESTAÇÃO

1. A CONTRAPRESTAÇÃO será reajustada anualmente, por meio da aplicação dos critérios e fórmulas definidos no CONTRATO.

2. A CONTRAPRESTAÇÃO e todas as condições econômico-financeiras do CONTRATO serão revistas ordinariamente a cada 5 (cinco) anos.

3. Os valores da CONTRAPRESTAÇÃO serão revistos, a qualquer tempo, extraordinariamente, quando se verificarem, além das demais hipóteses previstas no CONTRATO, os seguintes eventos:

a) sempre que houver, imposta pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, modificação unilateral do CONTRATO, que importe variação dos seus custos ou das receitas, tanto para mais como para menos;

b) excetuado o imposto de renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevierem novas disposições legais, após a data de apresentação pela LICITANTE VENCEDORA da PROPOSTA COMERCIAL, desde que acarretem repercussão nos custos da CONSÓRCIO/SPE, tanto para mais quanto para menos, bem como seu impacto sobre as condições financeiras do CONTRATO, em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 9º da Lei Federal nº 8.987/95;

c) sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de fato do príncipe ou ato da Administração Pública, resultem, comprovadamente, em variações dos custos da CONSÓRCIO/SPE, incluindo determinações de autoridades ambientais que alterem os encargos da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, dentre eles, a modificação ou antecipação das metas da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA previstas no EDITAL;

d) sempre que houver alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre as receitas da CONSÓRCIO/SPE, tais como as que concedam isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário;

e) sempre que circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito, força maior e interferências imprevistas ou mesmo que previstas, não possam ser evitadas -, para efetivação dos quais não seja atribuível responsabilidade à CONSÓRCIO/SPE, acarretem alteração dos custos da CONSÓRCIO/SPE;

f) nos demais casos expressamente previstos no CONTRATO;

g) nos demais casos não expressamente listados acima que venham a alterar o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, não motivados ou causados pela CONSÓRCIO/SPE.

4. O procedimento e a forma como se dará a revisão da CONTRAPRESTAÇÃO encontram-se previstos no CONTRATO.

24.13. SEÇÃO XIII – GARANTIA DE PAGAMENTO



1. Nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei Federal nº 11.079/2004, as obrigações pecuniárias contraídas pelo CONTRATANTE, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, diretamente ou por meio de órgãos da administração indireta, oferecerá GARANTIA DE PAGAMENTO prevista no CONTRATO, através de cessão de recebíveis da Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, ou por Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas – FGP a ser criado e regido por lei municipal específica.

2. O agente público que não cumprir as obrigações financeiras do contrato ou obstruir a execução das garantias de pagamento da presente parceria responderá civil, administrativa e criminalmente, inclusive na forma do artigo 337-H, da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso.

24.14. SEÇÃO XIV – DA SUBCONTRATAÇÃO

1. A CONCESSIONARIA poderá efetuar a subcontratação de terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, nos termos do Artigo 25 e parágrafos da Lei Federal nº 8.987/95 e Lei Federal nº 11.079/05.

24.15. SEÇÃO XV – DO COMPARTILHAMENTO DOS RISCOS

1. Os riscos da presente CONCESSÃO deverão ser compartilhados na forma do Contrato e de acordo com a Matriz de Riscos previstas no **ANEXO III.2**.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. SEÇÃO I – CONTAGEM DE PRAZOS

1. Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

2. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente na PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA.

25.2. SEÇÃO II – COMUNICAÇÕES

1. As comunicações dos atos mencionadas neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas pela COMISSÃO mediante publicação em diário oficial e site da Prefeitura Municipal de MARÍLIA.

2. As comunicações das LICITANTES à COMISSÃO deverão ser feitas por escrito, através do envio de ofício para o Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA, exceto nos casos em que este EDITAL dispor de modo diverso.

25.3. SEÇÃO III – DISPOSIÇÕES DIVERSAS

1. As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela COMISSÃO, respeitada a legislação pertinente.

2. Até a assinatura do CONTRATO, fica reservado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA o direito de resolver todo e qualquer caso singular, não previsto neste EDITAL e nos seus Anexos e tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o objeto do EDITAL.



3. A COMISSÃO poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como se valer de assessoria técnica, para se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas LICITANTES.

4. Os termos dispostos neste EDITAL, bem como as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas das regras de interpretação previstas no CONTRATO.

Marília, _____ de _____ de 2025.